

As primeiras coleções de ciências sociais no Brasil: Elementos para a análise da emergência de um gênero editorial¹

Leonardo Nóbrega da Silva

O presente artigo tem como objetivo analisar duas das primeiras coleções que publicaram livros de ciências sociais no Brasil na década de 1940: a *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, e a *Biblioteca de Ciências Sociais*, da Livraria Martins Editora. Argumenta-se que estas coleções demarcaram um movimento inicial de diferenciação das ciências sociais como gênero editorial, que passaram a se distanciar de outros gêneros de produção intelectual como a literatura, os estudos historiográficos e o ensaio. **Palavras-chave:** ciências sociais, pensamento social brasileiro, mercado editorial, sociologia histórica da edição, Brasil - século XX

The First Collections of Social Sciences in Brazil: Elements for the Analysis of the Emergence of an Editorial Genre aims to analyze two of the first collections that published social science books in Brazil in the 1940s: Companhia Editora Nacional's *Brasiliana*, and Livraria Martins Editora's *Library of Social Sciences*. It is argued that these collections demarcated an initial movement of differentiation of the social sciences as a publishing genre, which began to distance themselves from other genres of intellectual production such as literature, historiographic studies and essays. **Keywords:** social sciences, Brazilian social thought, publishing market, historical sociology of publishing, Brazil - 20th century

Introdução

Os livros são centrais na história das ciências sociais e fundamentam grande parte das discussões no âmbito das suas disciplinas, seja na circulação de conhecimento, formação de novos profissionais, na discussão acadêmica ou na alimentação de novas pesquisas. Embora a atividade de edição seja fundamental, pouco esforço foi feito no sentido de compreender sua dinâmica própria.

Doutorando em sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil) e professor substituto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Brasil).

E-mail: leonobrega.s@gmail.com

Recebido em: 05/12/2017

Aprovado em: 12/01/2018

1. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada na XVIII Jornada Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na III Semana Discente do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

De forma a qualificar satisfatoriamente este universo e sua relação com as disciplinas universitárias, é necessário compreender o papel da edição.

O presente artigo tem como objetivo analisar – de forma especulativa e a partir de dados secundários – duas das primeiras coleções que publicaram ciências sociais no mercado editorial brasileiro: a *Brasiliiana* da Companhia Editora Nacional – cuja publicação de *Assimilação e populações marginais no Brasil* de Emílio Willems em 1940 marca o início da publicação de ciências sociais de autores ligados ao processo de institucionalização universitária iniciada nos anos de 1930 – e a *Biblioteca de Ciências Sociais* da Livraria Martins Editora, editada entre 1943 e 1949 sob a coordenação de Donald Pierson.

Partindo da noção de que “um gênero editorial não é uma disciplina” (SORÁ, 2004) – o que implica pensar, portanto, que o universo das ciências sociais em livro não é um simples reflexo do seu universo acadêmico, mas uma condição de possibilidade deste – busca-se observar o conjunto de práticas culturais e saberes especializados que estão além da atividade universitária. Trata-se de um momento inicial no processo de diferenciação das ciências sociais como um gênero editorial que se desenvolveu no seio dos ensaios de interpretação sobre o Brasil e se consolidou na segunda metade do século XX com a criação da *Biblioteca de Ciências Sociais* da Zahar Editores e da *Corpo e Alma do Brasil* da Difusão Europeia do Livro.

Tal consolidação pressupõe um conjunto de produtores especializados – condição dada, sobretudo, pela institucionalização universitária das ciências sociais –, editores com condições materiais que possibilitem os investimentos necessários, e um público leitor suficientemente grande e interessado no conteúdo gerado por tais abordagens. Argumenta-se que a emergência das ciências sociais como um gênero editorial foi fundamental na configuração do próprio universo disciplinar.

As coleções brasileiras e a emergência das ciências sociais

As coleções brasileiras são uma formulação genérica para designar coleções editoriais que surgiram na década de 1930 com o propósito de publicar livros que tivessem como temática a identidade brasileira. Coleções como a *Brasiliiana* (1931) da Companhia Editora Nacional, a *Documentos Brasileiros* (1936) da Livraria José Olympio Editora, e a *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940) da Livraria Martins Editora, entre outras, tiveram ampla

circulação² e foram determinantes para a disseminação de um novo conjunto de ideias sobre o Brasil.

Para Heloísa Pontes (1989), três são os contextos que possibilitaram o surgimento dessas coleções. Trata-se, em primeiro lugar, da preocupação em compreender a realidade e os traços históricos da identidade nacional, cuja configuração particular é obtida inicialmente pela geração modernizadora de 1870, que articulou à tradição literária brasileira o novo pensamento científico de influência positivista. Em segundo lugar, destaca a expansão do mercado editorial brasileiro nos anos 1930, aliado a um novo impulso dado às interpretações sobre o Brasil a partir da política de unificação nacional promovida pelo governo de Getúlio Vargas. E em terceiro lugar localiza tais coleções como produtos de uma concepção editorial específica, decorrente do papel social ocupado pelos editores, análogo ao de intelectuais engajados, em que se auto identificavam como “heróis culturais” (PONTES, 1989, p.360) responsáveis por ocupar um espaço deixado vago pelo poder público e em decorrência de um suposto déficit civilizatório.

Fundamental notar não só a centralidade da temática nacional e o seu contexto de emergência, mas os gêneros textuais que lhes dão forma: estudos historiográficos, relatos de viagem, ensaios de interpretação. A literatura, ausente nessas coleções, teve um papel de protagonismo na formação de uma consciência nacional, participando, como nenhum outro gênero de produção intelectual, da elaboração de questões sobre a identidade brasileira. O sucesso de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicado em 1902, pode ser reconhecido como um marco do processo pelo qual o pensamento cientificista passa a ganhar maior reverberação no cenário intelectual nacional, deslocando – mas não suprimindo – a centralidade ocupada até então pela literatura. Seria, segundo Antônio Cândido (1980 *apud* Pontes, 1989, p. 362) “o fim do imperialismo literário [e] o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira”.

A emergência desse pensamento cientificista remonta ao surgimento da sociologia, que havia estabelecido seus primeiros contornos na Europa no início do século XIX, passando a disputar espaço com o ensaio, a literatura e a crítica literária (LEPENIES, 1996). No Brasil, a influência do pensamento sociológico viria a se disseminar durante o século XIX chegando, a partir de 1870, a impor – com um movimento intelectual de forte viés político (ALONSO, 2002) – um novo vocabulário cientificista às análises sociais e históricas. A disseminação inicial dessas ideias se deu, sobretudo, nas primeiras faculdades de direito, fundadas por decreto do imperador Dom Pedro II em 11 de agosto de 1827 em Olinda – que posteriormente seria transferida para Recife – e em São Paulo, com

1. Por ampla circulação não se deve entender uma circulação massiva por toda a sociedade, tendo em vista que grande parte desta sequer tinha acesso à educação formal, mas um alcance amplo nos círculos sociais letrados, dentre eles estudantes universitários, funcionários públicos e profissionais liberais.

o objetivo de formar quadros para a crescente, embora ainda incipiente, burocracia estatal. Buscando uma maior racionalização da vida social, o discurso em defesa do pensamento sociológico se voltou sobretudo contra a “erudição bacharelesca”, acusada de ser generalista, baseada em impressões vagas e descomprometida com o destino da nação (MEUCCI, 2011, pp. 45-59). Esse discurso sociológico emergente, entretanto, impunha-se muito mais como um léxico textual e uma forma de se reportar às questões fundamentais e nem tanto como prática de pesquisas empíricas sistematicamente organizadas, como a geração dos primeiros sociólogos formados nas faculdades brasileiras viria a reclamar, reportando-se aos seus antecessores como “ensaístas”³.

Se, por um lado, a recepção do pensamento sociológico se deu, no Brasil, no seio da elite intelectual ligada às faculdades de direito e cargos públicos da administração do Estado, a sua institucionalização e disseminação, por outro lado, teve seu processo inicial no ensino básico, de forma imbricada com o crescimento do mercado editorial e da escolarização da sociedade. As primeiras manifestações de institucionalização da sociologia no Brasil remontam às últimas décadas do século XIX. Após uma série de iniciativas regionais de inclusão da sociologia nos quadros das disciplinas da educação básica durante a década de 1920, a reforma educacional promovida por Francisco Campos, no início do governo de Getúlio Vargas, incluiu esta disciplina na grade de matérias do curso complementar voltado para a preparação de alunos interessados no ingresso nas universidades (Idem, p. 25). A adoção da sociologia como disciplina obrigatória serviu de divulgação e vulgarização das ideias sociológicas, materializando-se não somente em artigos de jornal e revistas, mas também em manuais voltados para o ensino da disciplina. No início dos anos 1920, em um momento em que o mercado editorial iniciava, ainda timidamente, um processo de expansão, estimulado sobretudo pela disseminação do ensino básico, a inclusão da sociologia como disciplina obrigatória – que viria a ser excluída em 1942 com a reforma de Capanema – demandou a formulação de diversos manuais voltados para o ensino da nova disciplina. Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo e Alceu do Amoroso Lima foram alguns dos autores desses manuais (Idem, 2011). O crescimento da produção de livros didáticos, somado à autonomização do campo literário, que possibilitou o surgimento de escritores em tempo integral (MICELI, 2001), impulsionou um crescimento inédito no mercado editorial brasileiro (HALLEWELL, 2005).

A institucionalização universitária da sociologia no Brasil se deu com a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) em São Paulo em 1933, da Universidade de São Paulo (USP) em 1934

3. A distinção entre sociologia científica e ensaísmo, apesar de suas diferenças em relação à prática de pesquisa e ligação institucional, deve ser compreendida dentro de um contexto específico de disputa por espaço no campo intelectual (BLANCO e JACKSON, 2014).

e da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935. A UDF, entretanto, viria a ser fechada em 1937, tendo parte do seu corpo docente e discente absorvido posteriormente pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil, fundada em 1939. Essas primeiras experiências de institucionalização universitária seriam seguidas na década subsequente em outras regiões do país, com destaque para a criação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1941 e do Instituto Joaquim Nabuco em Pernambuco em 1949. As primeiras gerações de sociólogos formados passaram a estabelecer novos parâmetros de análise do mundo social, valorizando os métodos de pesquisa empírica, o trabalho em equipe e a rigidez teórica e metodológica, em um ambiente de crescente profissionalização.

Foi no contexto de efervescência das interpretações sobre o Brasil e de crescimento do mercado editorial que, em 1931, a Companhia Editora Nacional (CEN) lançou a sua coleção *Brasiliiana*, sob direção de Fernando Azevedo (1894-1974). A coleção fazia parte de um projeto mais amplo intitulado *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, que agregava outras quatro coleções: *Literatura Infantil*, *Atualidades Pedagógicas*, *Livros Didáticos*, *Iniciação Científica*. A CEN havia sido criada em 1925 por Octalles Marcondes Ferreira e Monteiro Lobato, a partir do espólio do empreendimento que ambos haviam tido anteriormente. Monteiro Lobato não duraria muito tempo nesse novo negócio, deixando a Octalles o papel de gerir a nova empresa, que se consolidaria como uma das maiorias e mais prestigiosas editoras do país. Uma das estratégias fundamentais estava na organização de coleções delegadas a especialistas, o que, como política editorial, sugere uma homogeneização dos livros publicados, um diálogo direto com o público pretendido e uma instância de demarcação de prestígio e tomada de posição intelectual. Este último elemento ganha destaque no debate intelectual e político desdobrado no campo educacional nos anos 1930 com o movimento da Escola Nova⁴ (TOLEDO, 2010).

A partir da classificação e análise da *Brasiliiana* feita por Heloísa Pontes (1989), é possível perceber um processo de modificação interna na própria coleção, em que os livros de “História”, “Biografia e Memória”, “Viajantes e Cronistas” e “Ensaio de Interpretação sobre o Brasil” passam a compartilhar espaço com os livros de “Sociologia e Estudos de Comunidade”. Com apenas um livro publicado no período entre 1931 e 1940 (0,5% do total de publicações), os livros sob esta alcunha alcançaram um total de quatro publicações entre 1941 e 1950 (4%) e sete publicações entre 1951 e 1960 (18,9%), destacando-se como um dos gêneros de maior proeminência na coleção, abaixo apenas, em termos percentuais

4. Escola Nova foi um movimento de renovação da educação que ganhou força no Brasil principalmente a partir da divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, em que se defendia a universalização da escola pública, laica e gratuita e contou com o apoio de intelectuais como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo dentre outros.

referente ao último período, dos livros de “Biografia e memória”, que tiveram oito publicações (21,6%)⁵.

Depois da publicação de *Assimilação e populações marginais no Brasil* de Emílio Willems, em 1940, viriam livros como *Branços e pretos na Bahia; estudo de contato racial* (1945), de Donald Pierson, *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil* (1946), do mesmo Willems, *Branços e negros em S. Paulo; ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana* (1959), de Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960), de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, *O candomblé da Bahia: rito Nagô* (1961), de Roger Bastide, entre outros. É notável, portanto, o processo de diferenciação pelo qual passam as publicações da *Brasiliense*, abrindo espaço para uma produção intelectual mais estritamente vinculada aos cursos universitários, distinguindo-se de outros gêneros intelectuais.

A Biblioteca de Ciências Sociais da Livraria Martins Editora

A Livraria Martins Editora, que havia inaugurado sua coleção brasileira, a *Biblioteca Histórica Brasileira* em 1940, incluiu entre suas publicações os estudos sociológicos da Escola de Chicago⁶, em uma coleção específica intitulada *Biblioteca de Ciências Sociais*, que contou com a coordenação de Donald Pierson e funcionou entre 1943 e 1949.

A Livraria Martins foi fundada em 1937 por José de Barros Martins e somente três anos depois passou a publicar livros. Ao constituir sua editora, e dada sua característica de agitador cultural, Martins passou a ocupar o espaço deixado vago em São Paulo com a transferência de José Olympio para a então capital federal (PONTES, 1989). Apesar de já ter estabelecida a sua coleção brasileira, a editora criou uma coleção própria para a publicação dos livros de ciências sociais, a *Biblioteca de Ciências Sociais*. As condições especiais de publicação de tais livros explicam, em grande medida, as estratégias adotadas: a coleção, que funcionou entre 1943 e 1949, teve a coordenação de Donald Pierson e contou com financiamento da Fundação Rockefeller e do Departamento de Estado dos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2012).

O apoio das instituições norte-americanas está intimamente relacionado à trajetória de Donald Pierson (1900-1995) no Brasil. Pierson visitou pela primeira vez o país como pesquisador da Universidade de Chicago para realizar uma pesquisa sobre a população negra na Bahia, entre 1935 e 1937. Em 1940 voltaria ao

5. Ao optar por classificar autores como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre como “intérpretes” e reservar a classificação de “sociólogos” a autores como Emílio Willems, Donald Pierson, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Otavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, Heloísa Pontes reproduz a distinção entre ensaísmo e sociologia científica marcante no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Apesar de o processo de institucionalização universitária representar, de fato, uma mudança na forma de se fazer pesquisa e escrever sobre questões sociais, tal diferenciação não deve ser vista de forma estanque, mas, como dito na nota de rodapé n. 4, como parte de um contexto específico de disputa por espaço no campo intelectual.

6. Escola de Chicago é o nome dado ao conjunto de professores e pesquisadores da Universidade de Chicago (EUA) que durante as décadas de 1920 e 1930 desenvolveram uma série de pesquisas em sociologia, antropologia e psicologia social voltadas sobretudo para a compreensão de questões relacionadas aos grandes centros urbanos, com grande foco etnográfico.

Brasil como professor da Escola Livre de Sociologia e Política (ESLP), que no ano posterior iniciaria seu curso de pós-graduação (MASSI, 1989).

Até 1952, quando voltou aos Estados Unidos, Pierson realizou uma série de atividades de pesquisa, de coordenação institucional e formação de alunos. Dentre essas atividades está a coordenação da coleção *Biblioteca de Ciências Sociais*. A coleção pode ser pensada de forma complementar à sessão *Notas Sociológicas* da revista *Sociologia*, também coordenada por Pierson entre 1941 e 1949. Se nas *Notas* o objetivo era introduzir os alunos nas questões metodológicas de pesquisa, com foco nas incursões a campo, na *Biblioteca* o objetivo era o de oferecer formação teórica, conceitual e metodológica. Foram publicados doze títulos durante os seis anos de funcionamento da coleção, dentre os quais: *Estudos de ecologia humana* e *Estudos de organização social*, ambos organizados por Pierson, *O homem: Uma introdução à antropologia*, de Ralph Linton, *Introdução história econômica*, de Norman Scott Brien Gras, *Noções básicas de estatística*, de Louis Leon Thurstoned, *O Estado*, de R. M. MacIver, *O homem marginal: Estudo de personalidade e conflito cultural*, de Everett V Stonequistd, *Princípios de criminologia*, de Edwin Hãrdin Sutherlãnd, *Civilização e cultura de folk: Estudo de variações culturais em Yucatan*, de Robert Redfield⁷.

Considerações finais

A partir do surgimento de títulos de ciências sociais no mercado editorial brasileiro em 1940, seja dentro da coleção *Brasiliana* da Companhia Editora Nacional seja na *Biblioteca de Ciências Sociais* da Livraria Martins Editora, tem-se o início de um processo de diferenciação em que as ciências sociais emergem como um gênero editorial específico, distanciando-se de outros gêneros de produção intelectual até então predominantes no Brasil, como a literatura, os estudos historiográficos e o ensaio. A consolidação desse processo vai se dar na segunda metade do século XX, tendo como dois de seus maiores exemplos a coleção *Biblioteca de Ciências Sociais* da Zahar Editores e a *Corpo e Alma do Brasil* da Difusão Europeia do Livro, em um período em que as ciências sociais passam por um processo de consolidação e tornam-se referências fundamentais nos debates políticos e intelectuais.

Referência

ALONSO, Angela. (2002), *Idéias em movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra.

7. Todos os títulos foram consultados em Oliveira (2012).

HALLEWELL, Laurence. (2005), O livro no Brasil: Sua história. São Paulo, Edusp.

JACKSON, Luiz Carlos[e] BLANCO, Alejandro. (2014), Sociologia no espelho: Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970). São Paulo, Editora 24.

LEPENIES, Wolf. (1996 [1985]), As três culturas. São Paulo, Edusp.

MASSI, Fernanda. (1989), “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)”. Em: MICELI, Sérgio (org.). História das ciências sociais no Brasil, Vol. 1. São Paulo, Vértice/Idesp.

MEUCCI, Simone. (2011), Institucionalização da sociologia no Brasil: Primeiros manuais e cursos. São Paulo, Hucitec: Fapesp.

MICELI, Sérgio. (2001), Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45): Intelectuais à brasileira. São Paulo, Companhia das Letras.

OLIVEIRA, Isabela. (2012), De Chicago a São Paulo: Donald Pierson no mapa das ciências sociais (1930-1950). Tese (doutorado), PPGAS, USP.

PONTES, Heloísa. (1989), “Retratos do Brasil: Editores, editoras e ‘coleções brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. Em: MICELI, Sérgio (org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo, Vértice/Idesp.

SORÁ, Gustavo. (2004), “Editores y editoriales de ciencias sociales: Un capital específico”. Em: NEIBURG, Federico [e] PLOTKIN, Mariano (orgs.). Intelectuales y expertos: La constitución del conocimiento social en la Argentina. Buenos Aires, Paidón.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. (2010), “A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções: Entre a formação do leitor e o mercado de livros”. Em: BRAGANCA, Aníbal [e] ABREU, Márcia (orgs.). Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo, Editora Unesp.